



Número 140 - Setembro de 2014

O Mercado de Trabalho Formal Brasileiro: Resultados da RAIS 2013

DIIESE
DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE
ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

Introdução

Esta Nota Técnica tem como objetivo apresentar os principais resultados da Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho e Emprego (Rais-MTE) para 2013. A análise obedece a abordagem já utilizada pelo DIEESE¹. no Capítulo 4 do livro “A Situação do Trabalho no Brasil na Primeira Década dos Anos 2000” Ali foram analisadas as principais tendências e trajetórias para o mercado de trabalho formal brasileiro no período compreendido entre os anos 2000 e 2009. Posteriormente, a análise foi atualizada nas Notas Técnicas nº 116 e nº 133, a partir dos dados da Rais para o biênio 2010-2011 e para o ano de 2012, respectivamente². Serão consideradas, aqui as principais conclusões já apontadas anteriormente, com destaque para os aspectos que reforçam as tendências ali apresentadas ou as que as alteram.

Esta Nota está estruturada em duas partes. Na primeira, o estoque dos empregos formais é analisado tendo como foco sua distribuição geográfica para Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. A segunda parte analisa qualitativamente as características do estoque de empregos.

A evolução do estoque de empregos formais

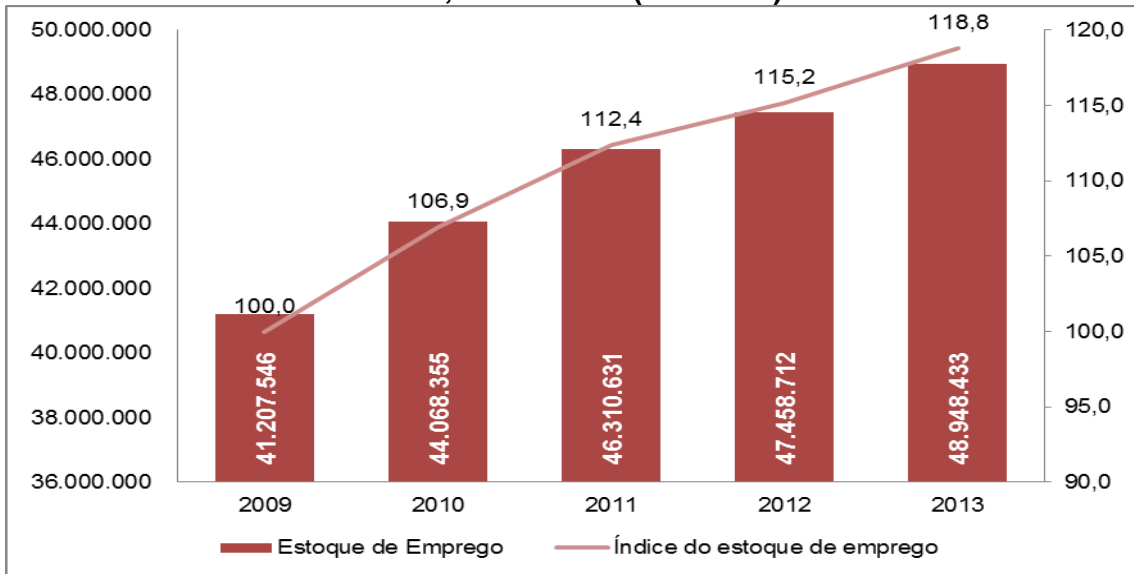
O estoque de empregos na Rais³ continua o movimento já verificado desde a década anterior. Em 2010 e 2011, o crescimento foi de 5,1% e 6,9%, respectivamente. Em 2012, a variação do estoque de empregos, ainda que positiva (2,5%), apresentou uma desaceleração em relação aos anos imediatamente anteriores. Já em 2013, o crescimento dos empregos formais foi ligeiramente maior (3,1%), atingindo um estoque de 48.948.433 vínculos formais de emprego. Isso representa a incorporação de mais de 7 milhões de vínculos em quatro anos, um crescimento acumulado de 18,8% desde 2009 (Gráfico 1).

¹ DIEESE, 2012. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/livro/2012/livroSituacaoTrabalhoBrasil.pdf>>

² DIEESE, out. 2012. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/notatecnica/2012/notaTec116rais.pdf>> e DIEESE, mar. 2014. Disponível em <<http://www.dieese.org.br/notatecnica/2014/notaTec133Rais.pdf>>.

³ Refere-se ao estoque de empregos formais ativos em 31/12 de cada ano.

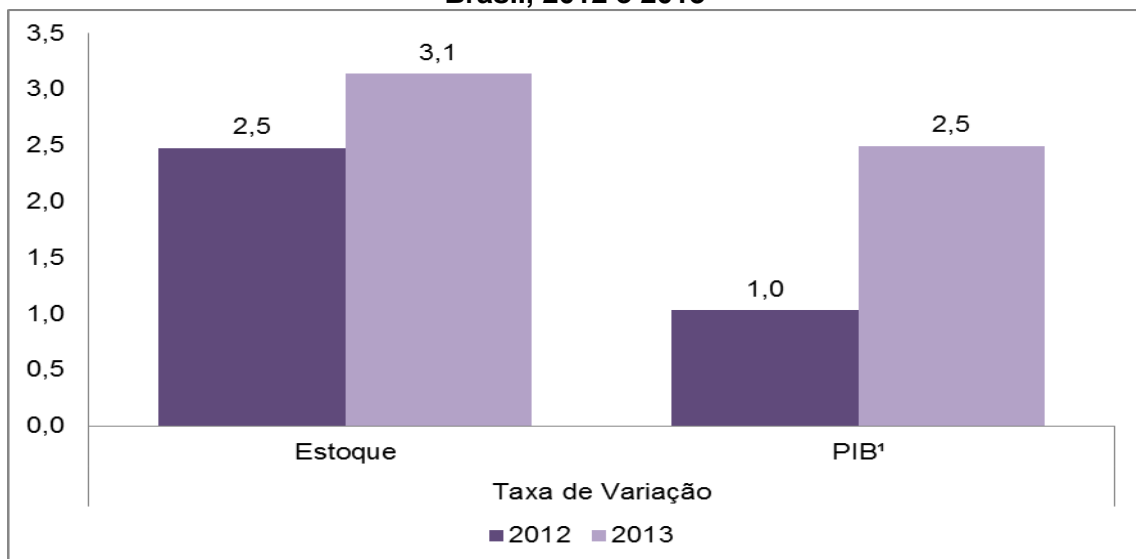
GRÁFICO 1
Estoque de empregos formais e evolução do índice de crescimento do estoque
Brasil, 2009 a 2013 (2009=100)



Fonte: MTE.Rais
 Elaboração: DIEESE

Embora mais lento, o crescimento do estoque de empregos formais em 2012 e 2013, superou o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), que fora de 1,0%, em 2012, e 2,5% em 2013 (Gráfico 2).

GRÁFICO 2
Varição percentual do estoque de empregos formais e do PIB
Brasil, 2012 e 2013



Fonte: MTE.Rais. IBGE. Contas Nacionais
 Elaboração: DIEESE
 Nota: 1) Resultado preliminar, com base nas Contas Nacionais Trimestrais

A distribuição do estoque de empregos formais entre as grandes regiões e Unidades da Federação não apresentou alterações significativas, entre 2012 e 2013. Em 2013, a Região Sudeste concentrava 50,3% dos empregos formais, uma redução de 0,5 ponto percentual (p.p.) em relação a 2012, devida, sobretudo, à redução da participação do estado de São Paulo, cujo estoque de emprego que correspondia a 29,0% passou para 28,7%. Em segundo lugar, figura a Região Nordeste, com 18,2%, seguida da Região Sul, com 17,2%. Mantém-se, portanto, a inversão de posições destas regiões no total de empregos formais no país, movimento iniciado no final da década anterior, quando, a partir de 2007, a Região Nordeste, atinge 17,5% do total de empregos formais naquele ano, contra 17,2% na Região Sul.

Na Região Sudeste, São Paulo (28,7% do estoque de empregos), é seguido por Minas Gerais (10,3%) e Rio de Janeiro (9,4%). Na Região Sul, destacam-se Paraná e Rio Grande do Sul, com 6,4% e 6,3%, respectivamente. No Nordeste, o estado com maior participação é a Bahia, com 4,7% do total de empregos formais (Tabela 1).

Na dinâmica de comportamento dos empregos formais, em 2013, os municípios de menor porte apresentaram crescimento mais acelerado, com destaque para aqueles com até 49,9 mil pessoas (6,1%), o que representa quase o dobro da taxa média de crescimento verificada para o Brasil (de 3,1%), e é significativamente maior do que o aumento verificado no ano anterior (0,2%). Os municípios com população entre 50 e 99,9 mil habitantes, e aqueles com 100 a 499,9 mil habitantes apresentaram crescimento de 4,5% e 3,6%, respectivamente, taxas superiores à média nacional e também superiores às verificadas no ano anterior (Gráfico 3).

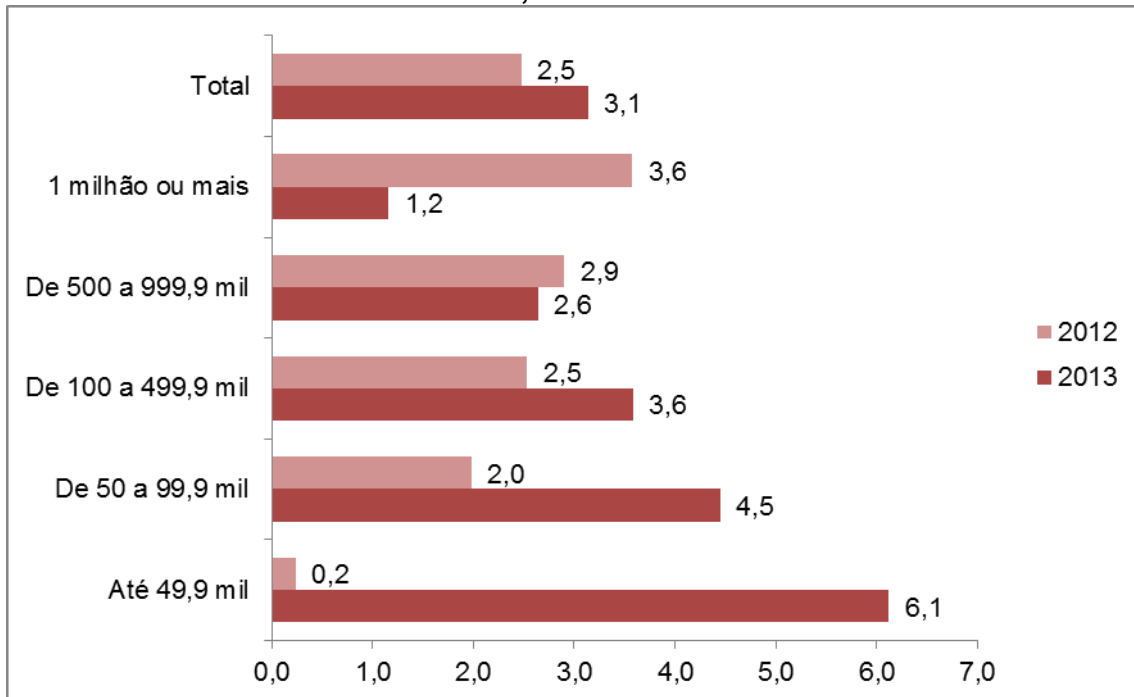
Por sua vez, o estoque de empregos dos municípios com 500 a 999,9 mil habitantes e daqueles com mais de 1 milhão de moradores cresceram a taxas menores do que as verificadas em 2012, com 2,6% e 1,2%, respectivamente.

TABELA 1
Distribuição percentual do estoque de emprego formal
Grandes Regiões e UFs, 2012 e 2013

Grandes Regiões e UFs	2012		2013	
	Abs.	%	Abs.	%
Norte	2.622.185	5,5	2.743.248	5,6
Rondônia	365.142	0,8	367.645	0,8
Acre	125.229	0,3	129.232	0,3
Amazonas	616.377	1,3	644.411	1,3
Roraima	93.777	0,2	92.157	0,2
Pará	1.052.344	2,2	1.125.536	2,3
Amapá	122.956	0,3	126.731	0,3
Tocantins	246.360	0,5	257.536	0,5
Nordeste	8.613.556	18,1	8.926.710	18,2
Maranhão	696.348	1,5	721.490	1,5
Piauí	418.380	0,9	444.121	0,9
Ceará	1.423.648	3,0	1.495.923	3,1
Rio Grande do Norte	602.226	1,3	617.645	1,3
Paraíba	628.047	1,3	659.242	1,3
Pernambuco	1.694.647	3,6	1.758.482	3,6
Alagoas	505.132	1,1	509.125	1,0
Sergipe	388.507	0,8	405.775	0,8
Bahia	2.256.621	4,8	2.314.907	4,7
Sudeste	24.099.808	50,8	24.623.001	50,3
Minas Gerais	4.928.225	10,4	5.057.080	10,3
Espírito Santo	926.336	2,0	954.791	2,0
Rio de Janeiro	4.461.706	9,4	4.586.790	9,4
São Paulo	13.783.541	29,0	14.024.340	28,7
Sul	8.129.698	17,1	8.415.302	17,2
Paraná	3.033.665	6,4	3.121.384	6,4
Santa Catarina	2.103.002	4,4	2.210.927	4,5
Rio Grande do Sul	2.993.031	6,3	3.082.991	6,3
Centro-Oeste	3.993.465	8,4	4.240.172	8,7
Mato Grosso do Sul	617.193	1,3	635.625	1,3
Mato Grosso	744.558	1,6	792.868	1,6
Goiás	1.450.065	3,1	1.509.395	3,1
Distrito Federal	1.181.649	2,5	1.302.284	2,7
Brasil	47.458.712	100,0	48.948.433	100,0

Fonte: MTE, Rais
 Elaboração: DIEESE

GRÁFICO 3
Taxa de crescimento do estoque de emprego formal por tamanho do município
Brasil, 2012 e 2013



Fonte: MTE.Rais
 Elaboração: DIEESE

Qualidade dos postos de trabalho gerados em 2013

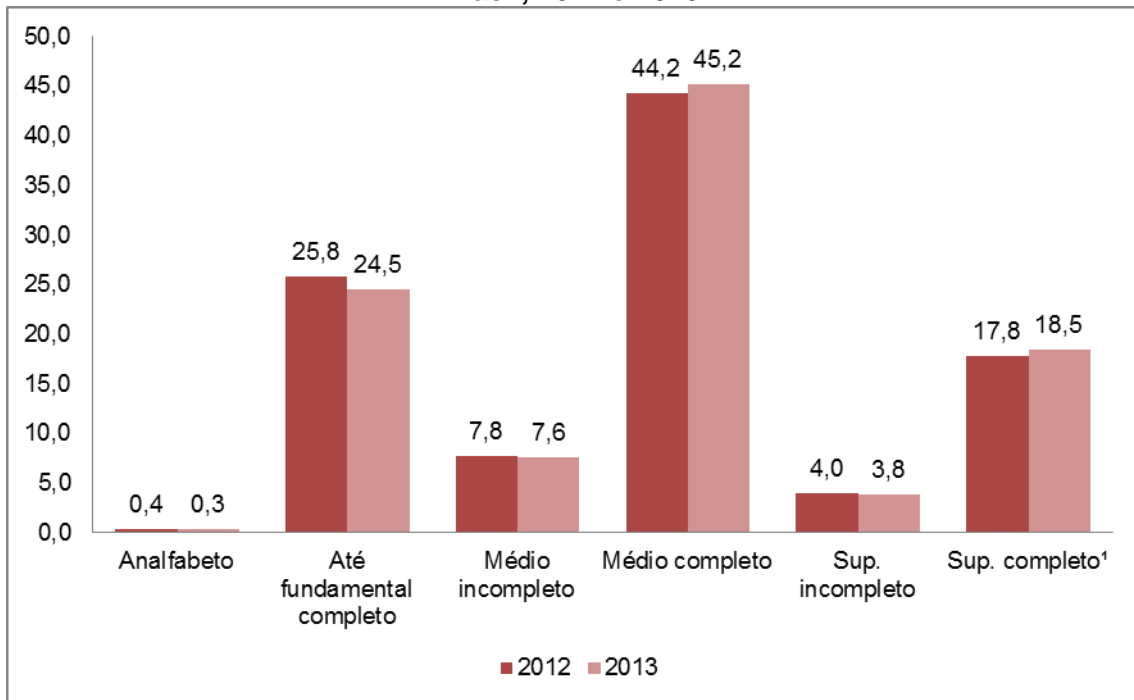
Num cenário de manutenção do dinamismo do mercado de trabalho, em termos de geração de postos de trabalho, torna-se relevante a análise da qualidade dos empregos gerados, avaliada segundo indicadores que buscam ampliar, adicionalmente, a capacidade de percepção de temas que têm como centro as discussões de trabalho decente: as questões de gênero (traduzidas em indicadores de escolaridade segundo o sexo dos trabalhadores e diferenças de remuneração entre homens e mulheres); as formas de admissão e de desligamento do emprego formal; o tempo de permanência no emprego; e a evolução da remuneração do trabalho.

Escolaridade

Os dados de escolaridade, para o ano de 2013, evidenciam a manutenção da trajetória de elevação do nível de instrução formal dos trabalhadores. Verifica-se ligeira elevação da participação dos vínculos formais de empregos ocupados por trabalhadores com ensino médio completo, que alcançaram 45,2%, e com ensino superior completo, que responderam por 18,5%. Ao mesmo tempo, a participação dos vínculos ocupados

por trabalhadores com até o ensino fundamental incompleto teve redução de 1,3 p.p. passando de 25,8%, em 2012, para 24,5%, em 2013 (Gráfico 4).

GRÁFICO 4
Distribuição do emprego formal segundo grau de escolaridade
Brasil, 2012 e 2013



Fonte: MTE. Rais
 Elaboração: DIEESE

Nota (1): Superior completa inclui escolaridade superior completa, mestrado e doutorado.

Como característica estrutural do mercado de trabalho formal brasileiro, observa-se que as mulheres continuam exercendo predomínio nos empregos ocupados por trabalhadores com maior escolaridade. Em 2013, 59,1% dos empregos ocupados por pessoas com ensino superior completo eram destinados a mulheres. Para aqueles que eram exercidos por quem tinha ensino superior incompleto, a participação das trabalhadoras era de 52,2%. Na faixa de ensino médio completo, mesmo que elas não fossem maioria (44,2%), sua participação ainda era relativamente maior do que o total da participação feminina no mercado de trabalho formal (42,8%). Em contraposição, a participação das trabalhadoras nas faixas de menor escolaridade atinge o máximo de 28,7% na faixa da 6ª à 9ª série do ensino fundamental (Tabela 2).

TABELA 2
Proporção de mulheres entre os trabalhadores formais segundo grau de escolaridade
Brasil, 2012 e 2013 (em %)

Escolaridade	2012	2013
Analfabeto	12,8	13,2
Até 5ª Incompleto	22,7	23,0
5ª Completo Fundamental	27,1	27,4
6ª a 9ª Fundamental	28,4	28,7
Fundamental Completo	32,2	32,2
Médio Incompleto	34,9	35,1
Médio Completo	44,4	44,2
Superior Incompleto	52,0	52,2
Superior Completo ¹	58,7	59,1
Total	42,5	42,8

Fonte: MTE. Rais

Elaboração: DIEESE

Nota (1): Superior completo inclui também mestrado e doutorado.

Admissões

O reemprego continua sendo a forma habitual de contratações no mercado de trabalho formal, respondendo por 78,0% das admissões ocorridas em 2013. Neste mesmo ano, 15,6% das contratações foram por primeiro emprego, e 6,3% por outras formas de admissão, percentuais próximos aos verificados em 2012.

Vale destacar que a participação dos admitidos em primeiro emprego foi relativamente maior entre os trabalhadores com ensino médio incompleto (23,7%, em 2013) e com ensino superior completo (20,3%), contra uma participação total de 15,6% no total dos admitidos no ano. Os trabalhadores admitidos em outras modalidades⁴ possuem maior participação relativa entre os trabalhadores com ensino superior incompleto (9,3%) e ensino superior completo (12,0%). Por sua vez, a participação do reemprego entre as faixas de menor escolaridade é relativamente maior. Em 2013, 84,2% das admissões de analfabetos, eram na forma de reemprego, e 81,9% no ensino fundamental completo, contra um total de 78,0% de participação total desta forma de admissão (Tabela 3).

⁴ Transferências, reintegrações, entre outros.

TABELA 3
Participação (em %) dos admitidos por tipo de admissão e grau de escolaridade
Brasil, 2012 e 2013

Ano	Tipo de Admissão	Analfabeto	Até fundamental completo	Ens. Médio incompleto	Ens. Médio completo	Ed. Sup. Incompleta	Ed. Sup. Completa ¹	Total
2012	Primeiro Emprego	12,4	12,4	23,7	14,7	15,3	17,8	15,2
	Reemprego	83,0	82,3	71,2	79,3	74,8	69,9	78,3
	Outros	4,5	5,3	5,1	6,0	9,9	12,3	6,4
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
2013	Primeiro Emprego	11,4	12,8	23,7	14,7	15,5	20,3	15,6
	Reemprego	84,2	81,9	71,6	79,5	75,2	67,7	78,0
	Outros	4,4	5,3	4,7	5,8	9,3	12,0	6,3
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: MTE. Rais

Elaboração: DIEESE

Nota (1): Superior completa inclui escolaridade superior completa, mestrado e doutorado

Obs.: a) Inclui Transferências com e sem ônus, Reintegração, entre outros.

b) Esta tabela apresenta enfoque diferenciado da tabela presente em DIEESE (2012, pág. 87), por privilegiar a análise do tipo de admissão

A família ocupacional com maior número de admissões por primeiro emprego, em 2013, foi a de *Escriturários em geral, agentes, assistentes e auxiliares administrativos*, com 549.487 admissões. O primeiro emprego representou 24,8% do total das admissões nesta família ocupacional, 9,2 p.p. acima da participação média das admissões por primeiro emprego no ano (15,6%). Os *Vendedores e demonstradores em lojas ou mercados* são a segunda família ocupacional com maior número de admissões em primeiro emprego (464.199 admissões), seguidos dos *Garçons, barmen, copeiros e sommeliers* (193.406). Entre estes últimos, a participação das admissões por primeiro emprego chega a 25,8% do total de contratados nesta família ocupacional.

Na lista das 20 famílias ocupacionais com maior participação nos admitidos por primeiro emprego destacam-se, ainda, os *Professores do ensino médio*, onde 53,6% das admissões no ano se deram por primeiro emprego, e os *Dirigentes do serviço público*, com 50,3% (Tabela 4).

TABELA 4
Número e distribuição percentual de admitidos em primeiro emprego por família ocupacional
Brasil, 2012 e 2013

Famílias ocupacionais	2012		2013	
	Admissões em primeiro emprego	Proporção de primeiro emprego no total de admissões (%)	Admissões em primeiro emprego	Proporção de primeiro emprego no total de admissões (%)
Escriturários em geral, agentes, assistentes e auxiliares administrativos	466.346	23,1	549.487	24,8
Vendedores e demonstradores em lojas ou mercados	472.758	17,3	464.199	16,6
Garçons, barmen, copeiros e sommeliers	194.286	27,2	193.406	25,8
Ajudantes de obras civis	177.021	11,5	156.961	10,7
Trabalhadores nos serviços de manutenção de edificações	152.308	15,2	156.281	14,0
Dirigentes do serviço público	92.281	55,8	147.753	50,3
Alimentadores de linhas de produção	120.456	12,5	124.333	12,8
Caixas e bilheteiros (exceto caixa de banco)	109.363	16,1	111.586	15,3
Operadores de <i>telemarketing</i>	98.544	20,1	108.760	21,4
Trabalhadores nos serviços de manutenção e conservação de edifícios e logradouros	81.889	18,3	91.505	19,3
Professores do ensino médio	84.828	50,5	82.373	53,6
Professores de nível superior do ensino fundamental (primeira a quarta series)	73.652	36,6	81.162	38,1
Trabalhadores de embalagem e de etiquetagem	81.723	32,8	79.620	31,7
Recepcionistas	68.393	15,5	68.718	14,8
Almoxarifes e armazenistas	55.371	12,6	57.836	12,3
Trabalhadores de cargas e descargas de mercadorias	58.189	12,3	55.822	11,5
Cozinheiros	53.953	14,1	52.192	13,0
Professores de nível médio no ensino fundamental	37.809	18,7	49.651	23,9
Porteiros, guardas e vigias	37.709	8,5	44.037	9,4
Magarefes e afins	36.879	14,5	43.588	14,1
Total (20 +)	2.553.758	18,2	2.719.270	18,4
Total de admissões em primeiro emprego	4.251.244	15,2	4.543.842	15,6

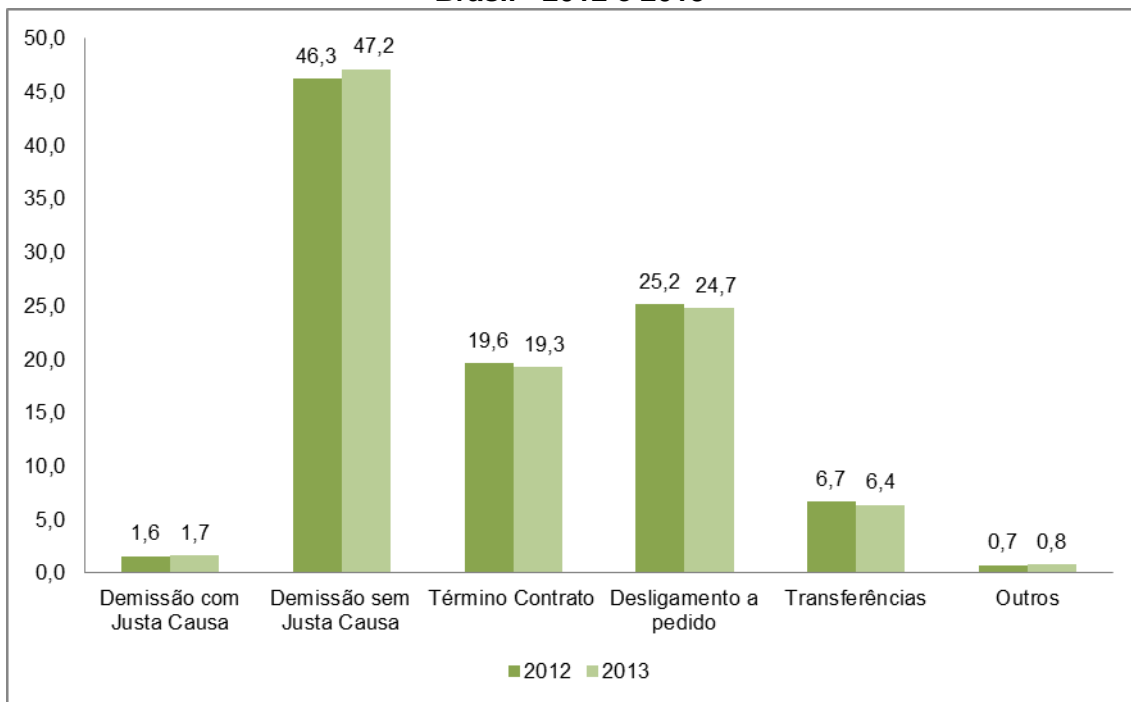
Fonte: MTE. Rais
 Elaboração: DIEESE

Desligamentos

Em 2013, 47,2% dos desligamentos se deram por motivo classificado como “sem justa causa” por iniciativa do empregador, que se manteve predominante no mercado de trabalho formal, com 0,9 p.p. de aumento de participação em relação ao ano anterior. Em seguida, figuram os desligamentos a pedido do trabalhador, que somaram

24,7% (contra 25,2% em 2012), e os desligamentos por término de contrato, com 19,3%, em 2013. As transferências foram responsáveis por 6,4% dos desligamentos (Gráfico 5).

GRÁFICO 5
Distribuição percentual dos desligamentos segundo suas causas
Brasil - 2012 e 2013



Fonte: MTE. Rais
 Elaboração: DIEESE

Como já destacado em outras publicações do DIEESE⁵, o mercado de trabalho formal no Brasil é marcado por uma alta rotatividade. Uma das evidências é o curto tempo de permanência do trabalhador em um posto de emprego. Em 2013, 65,5% dos vínculos de trabalho encerrados no ano tiveram tempo de duração inferior a um ano completo, sendo que 30,3% não completaram três meses. Estes dados não diferem substancialmente de ano para ano.

Como também já observado anteriormente, este é um fenômeno que se verifica com maior ou menor grau de intensidade a depender do tipo de desligamento analisado. Os desligamentos por término de contrato tendem a ocorrer em vínculos com menor tempo de duração. Em 2013, 92,8% se deram com menos de um ano completo, sendo 71,6% em período inferior a três meses. No caso dos desligamentos a pedido do trabalhador, 76,0% ocorreram em menos de um ano. Este percentual cai para 51,8%

⁵ DIEESE, 2011. Disponível em: < <http://www.dieese.org.br/livro/2011/livroRotatividade11.pdf> > ;
 DIEESE, 2014(b). Disponível em: < <http://www.dieese.org.br/livro/2014/livroRotatividade.pdf> > e
 DIEESE, 2014(c). Disponível em: < <http://www.dieese.org.br/livro/2014/rotatividadeSetorial.pdf> >.

para os desligados sem justa causa por iniciativa do empregador, percentual que ainda assim permanece bastante significativo (Tabela 5).

TABELA 5
Tempo de permanência no emprego dos trabalhadores formais desligados, por causa de desligamento Brasil, 2012 e 2013

Ano	Desligamento	Até 2,9	3,0 a 5,9	6,0 a 11,9	12,0 a 23,9	24,0 a 35,9	36,0 a 59,9	60,0 a 119,9	120,0 ou mais	Ignorados	Total(1)
2012	Demissão com justa causa	22,2	20,9	22,0	16,4	6,8	6,1	3,7	1,8	0,1	100,0
	Demissão sem justa causa	11,1	14,8	26,6	21,9	10,0	8,5	5,1	1,9	0,1	100,0
	Término contrato	72,0	8,3	10,4	4,5	1,1	1,4	0,6	0,4	1,3	100,0
	A pedido	38,5	19,9	17,3	12,4	4,5	3,6	2,0	1,0	0,9	100,0
	Outros	17,7	11,6	15,5	17,4	9,2	9,5	8,6	9,9	0,6	100,0
	Total	30,6	14,7	20,2	15,7	6,7	5,9	3,7	2,0	0,6	100,0
2013	Demissão com justa causa	23,0	20,9	22,5	15,7	6,9	5,5	3,7	1,7	0,1	100,0
	Demissão sem justa causa	11,2	14,6	26,0	21,3	10,6	8,7	5,4	2,0	0,1	100,0
	Término contrato	71,6	10,6	10,6	4,6	0,6	0,5	0,2	0,1	1,2	100,0
	A pedido	38,5	20,1	17,4	12,2	4,6	3,3	2,0	1,1	0,9	100,0
	Outros	18,7	11,8	15,6	16,0	9,1	8,8	8,5	10,6	0,8	100,0
	Total	30,3	15,1	20,1	15,4	7,0	5,7	3,8	2,0	0,5	100,0

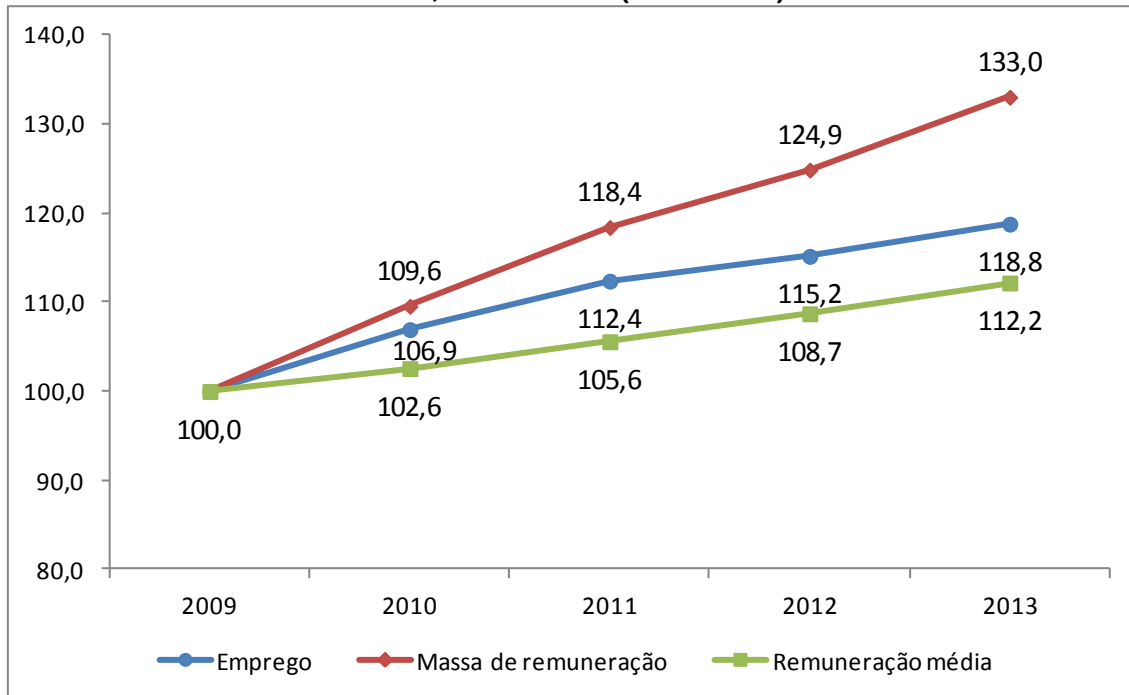
Fonte: MTE. Rais
 Elaboração: DIEESE
 Nota: (1) O total inclui ignorados

Remuneração média real⁶

A remuneração média de um empregado no segmento formal do mercado de trabalho alcançou o patamar de R\$ 2.266, em dezembro de 2013, um aumento real de 3,2% em relação a 2012. Dessa forma, foi mantida a trajetória de crescimento da remuneração média que, desde 2009, acumula aumento real de 12,2%. Assim, observando-se os anos recentes, a massa de remuneração – que leva em conta o emprego e a remuneração média real - vem crescendo a um ritmo mais acelerado do que o estoque de empregos. No último ano, enquanto o estoque de empregos formais aumentou 3,1%, a massa de rendimentos cresceu 6,5% em termos reais, alcançando um total de R\$ 106 bilhões (Gráfico 6).

⁶ O valor da remuneração média real analisada nesta seção refere-se à remuneração dos vínculos ativos em 31/12 de cada ano. Os valores monetários foram corrigidos pelo INPC/IBGE, em reais de dezembro de 2013 e seu cálculo exclui os vínculos empregatícios formais sem declaração de renda.

GRÁFICO 6
Evolução do emprego formal, da massa de remuneração e da remuneração
média real⁽¹⁾
Brasil, 2009 a 2013 (2009 = 100)



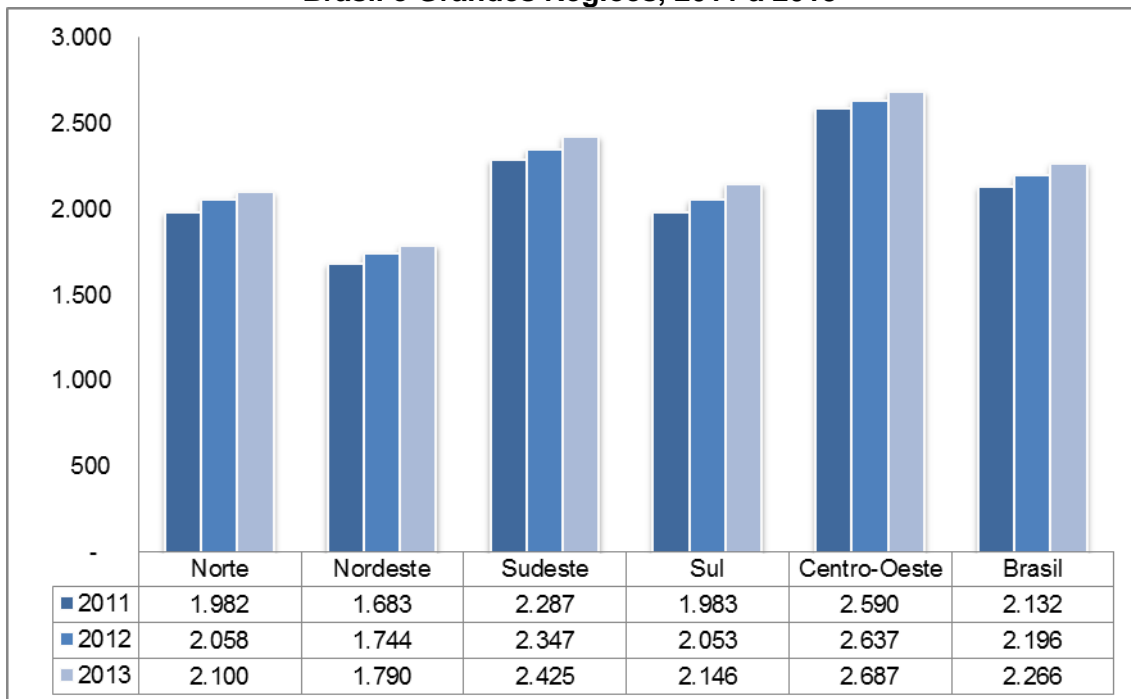
Fonte: MTE. Rais

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Os valores monetários referem-se à remuneração em dezembro dos vínculos ativos em 31/12 de cada ano. Os valores monetários foram corrigidos pelo INPC/IBGE, em R\$ de dezembro de 2013 e seu cálculo exclui os vínculos empregatícios formais sem declaração de renda.

A região Centro-Oeste é a que responde pela maior remuneração média real no país, alcançando R\$ 2.687, em 2013. Em seguida, figura a Sudeste, com R\$ 2.425. As regiões Sul e Norte possuem uma remuneração média próxima, de R\$ 2.146 e R\$ 2.100, respectivamente. Já no Nordeste é onde se encontra a menor remuneração média, de R\$ 1.790, o que representa 79,0% da média nacional, e é equivalente a dois terços da remuneração média da região Centro-Oeste. Não houve alterações na assimetria das remunerações médias por grande região nos últimos anos (Gráfico 7).

GRÁFICO 7
Evolução da remuneração média real⁽¹⁾
Brasil e Grandes Regiões, 2011 a 2013

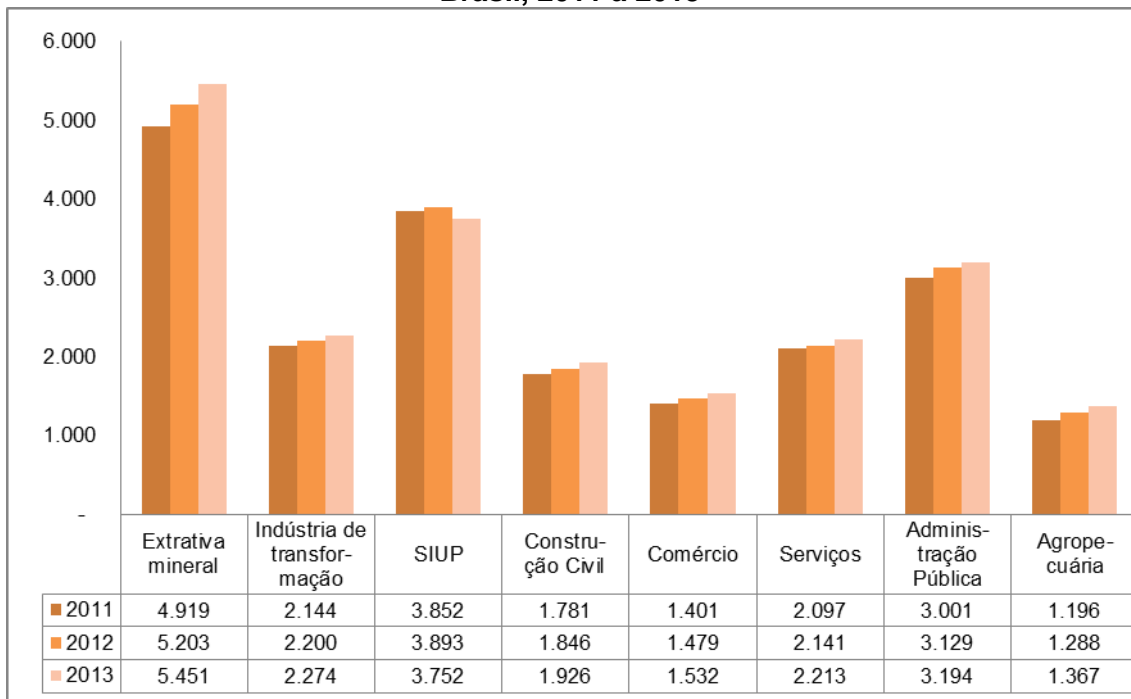


Fonte: MTE. Rais
 Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Os valores monetários referem-se à remuneração em dezembro dos vínculos ativos em 31/12 de cada ano. Os valores monetários foram corrigidos pelo INPC/IBGE, em R\$ de dezembro de 2013 e seu cálculo exclui os vínculos empregatícios formais sem declaração de renda.

A indústria Extrativa mineral registrou a maior remuneração média real em 2013, alcançando um patamar de R\$ 5.451, com um crescimento de 4,8% em relação ao ano anterior (contra 3,2% do aumento da remuneração média real nacional). Em seguida, aparecem os Serviços Industriais de Utilidade Pública (Siup), com R\$ 3.752, mas com redução de 3,6% em relação ao ano anterior. A Administração Pública figura como o terceiro setor em termos de maior remuneração média real, com R\$ 3.194, e apresentando um crescimento de 2,1% em relação ao ano anterior. Ainda como característica estrutural do mercado de trabalho, a Agropecuária e o Comércio registram as menores remunerações médias, em valor real, entre os setores, com R\$ 1.367 e R\$ 1.532, respectivamente. Contudo, a Agropecuária foi o setor que apresentou maior crescimento da remuneração média real, com 6,1% em relação a 2012. O setor da Construção Civil também registrou relevante elevação da remuneração média, de 4,3%, que assim alcançou R\$ 1.926 (Gráfico 8).

GRÁFICO 8
Evolução da remuneração média real⁽¹⁾ por setores de atividade econômica
Brasil, 2011 a 2013

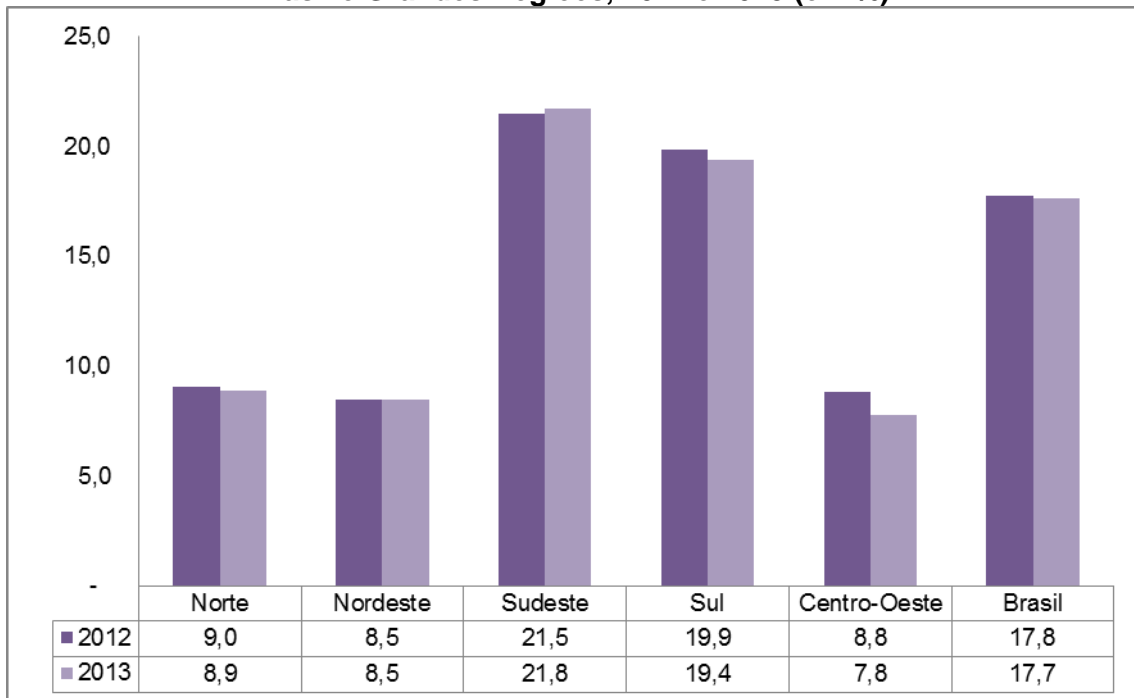


Fonte: MTE. Rais
 Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Os valores monetários referem-se à remuneração em dezembro dos vínculos ativos em 31/12 de cada ano. Os valores monetários foram corrigidos pelo INPC/IBGE, em R\$ de dezembro de 2013 e seu cálculo exclui os vínculos empregatícios formais sem declaração de renda.

Outra característica estrutural do mercado de trabalho brasileiro é a persistente desigualdade de remuneração média por sexo. Em 2013, as mulheres receberam, em média, 17,7% menos que os homens, patamar semelhante ao dos anos anteriores. Esta diferença também se verifica com intensidade distinta nas grandes regiões. Na Região Sudeste, ela alcança o máximo de 21,8%, e, na Sul, 19,4%. Já nas regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte, esta diferença se situa em patamares bastante inferiores, sendo a mínima de 7,8%, na Região Centro-Oeste, onde houve, inclusive, uma redução desta desigualdade na magnitude de 1,0 p.p. entre 2012 e 2013 (Gráfico 9).

GRÁFICO 9
Diferença da remuneração média recebida pelas mulheres em relação aos homens ^{(1) (2)}
Brasil e Grandes Regiões, 2012 e 2013 (em %)



Fonte: MTE. Rais

Elaboração: DIEESE

Notas: 1) Os valores monetários referem-se à remuneração em dezembro dos vínculos ativos em 31/12 de cada ano. Os valores monetários foram corrigidos pelo INPC/IBGE, em R\$ de dezembro de 2013 e seu cálculo exclui os vínculos empregatícios formais sem declaração de renda.

2) Significa a diferença entre os rendimentos das mulheres e dos homens, revelada como porcentagem dos rendimentos dos homens

As assimetrias na remuneração média de homens e mulheres também são verificadas com distintos graus de intensidade entre os setores de atividade econômica. Estas diferenças são percebidas com maior intensidade na Indústria de Transformação e na Administração Pública. Em 2013, uma trabalhadora da Indústria de Transformação recebia, em média, 34,6% menos do que um trabalhador do sexo masculino no mesmo setor, e, na Administração Pública, 24,8% menos. Nos Serviços, maior empregador do país, a diferença foi de 21,4%, em média. Assim como nos outros anos, essa defasagem era menor no setor referente à Indústria Extrativa Mineral (2,9%) e negativa no caso da Construção Civil (-5,2%), e isso significa que, neste setor, as mulheres ganham, em média, 5,2% a mais do que os homens (Tabela 6).

TABELA 6
Diferença da remuneração média recebida pelas mulheres em relação aos homens ⁽¹⁾ ⁽²⁾ por setores de atividade
Brasil, 2012 e 2013 (em %)

Setores de atividade	Anos	
	2012	2013
1 - Extrativa mineral	2,8	2,9
2 - Indústria de transformação	34,9	34,6
3 - Serviços industriais de utilidade pública	14,1	13,9
4 - Construção Civil	-7,0	-5,2
5 - Comércio	19,4	18,4
6 - Serviços	20,8	21,4
7 - Administração Pública	27,2	24,8
8 - Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	19,3	18,3
Total	17,8	17,7

Fonte: MTE. Rais

Elaboração: DIEESE

Notas: 1) Os valores monetários referem-se à remuneração em dezembro dos vínculos ativos em 31/12 de cada ano. Os valores monetários foram corrigidos pelo INPC/IBGE, em R\$ de dezembro de 2013 e seu cálculo exclui os vínculos empregatícios formais sem declaração de renda.

2) Significa a diferença entre os rendimentos das mulheres e dos homens, revelada como porcentagem dos rendimentos dos homens. Valores negativos significam que a remuneração média das mulheres é maior que a dos homens.

Considerações Finais

Os dados da Rais para o ano 2013, analisados nessa Nota Técnica, mostram que o estoque de empregos cresceu em um ritmo mais acelerado do que no ano imediatamente anterior (3,1% em 2013 sobre 2012, contra 2,5% em 2012 sobre 2011). Estas flutuações na taxa de crescimento do emprego formal acompanham, em certa medida, as movimentações do crescimento do Produto Interno Bruto, embora o primeiro venha apresentando taxas maiores de crescimento do que o segundo. Por sua vez, a remuneração média elevou-se em 3,2% entre 2012 e 2013, alcançando o patamar de R\$ 2.266. A permanência desse desempenho do mercado de trabalho, quanto à evolução dos empregos formais e à remuneração média real do trabalho - apesar das moderadas taxas de crescimento da economia brasileira desde 2010 - continua sendo um dos elementos fundamentais para o fortalecimento do mercado interno, pois condiciona diretamente o poder de compra dos trabalhadores.

As características estruturais do mercado de trabalho, no que tange à distribuição regional e setorial do emprego, à movimentação dos vínculos – entendidos como os tipos mais comuns de admissão e desligamento, bem como o tempo de permanência no vínculo -, não apresentaram mudanças significativas em 2013 em relação ao ano anterior. Do mesmo modo, a remuneração entre mulheres e homens no mercado de

trabalho permaneceu assimétrica em favor dos homens, com as mesmas características regionais e setoriais.

Os dados evidenciam uma incidência relativamente maior de escolaridade dos trabalhadores admitidos em primeiro emprego no ano. Observando as famílias ocupacionais com maior participação nas admissões por primeiro emprego no ano, entre as 20 maiores, destacam-se os *Professores do ensino médio* e os *Dirigentes do serviço público*, funções nas quais mais da metade das admissões ocorridas em 2013 foram por primeiro emprego.

Por fim, os dados mostram que, à exceção do ano de 2012, a trajetória recente evidencia crescimento mais acelerado do emprego em municípios de menor porte.

Referências Bibliográficas

DIEESE. **A situação do trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000**. São Paulo: DIEESE, 2012. Disponível em:

<<http://www.dieese.org.br/livro/2012/livroSituacaoTrabalhoBrasil.pdf>>

DIEESE. **O mercado de trabalho informal brasileiro**: resultados da RAIS 2011. São Paulo: DIEESE, out. 2012. Disponível em:

<<http://www.dieese.org.br/notatecnica/2012/notaTec116rais.pdf>>.

DIEESE. **O mercado de trabalho formal brasileiro**: resultado da RAIS 2012. São Paulo: DIEESE, mar. 2014. (Notas Técnicas, 133). Disponível em:

<<http://www.dieese.org.br/notatecnica/2014/notaTec133Rais.pdf>>.

DIEESE. **Rotatividade e flexibilidade no mercado de trabalho**. São Paulo: DIEESE, 2011. Disponível em:< <http://www.dieese.org.br/livro/2011/livroRotatividade11.pdf>>

DIEESE. **Rotatividade e flexibilidade no mercado de trabalho**. São Paulo: DIEESE, 2014. Disponível em:< <http://www.dieese.org.br/livro/2014/livroRotatividade.pdf>>.

DIEESE. **Rotatividade setorial**: dados e diretrizes para a ação sindical. São Paulo: DIEESE, 2014. Disponível em: <

<http://www.dieese.org.br/livro/2014/rotatividadeSetorial.pdf>>.



Rua Aurora, 957 – 1º andar
CEP 05001-900 São Paulo, SP
Telefone (11) 3874-5366 / fax (11) 3874-5394
E-mail: en@dieese.org.br
www.dieese.org.br banco

Presidente: Antônio de Sousa - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região - SP

Vice Presidente: Alberto Soares da Silva - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de Campinas - SP

Secretária Executiva: Zenaide Honório APEOESP - Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo - SP

Diretor Executivo: Alceu Luiz dos Santos - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba - PR

Diretor Executivo: Josinaldo José de Barros - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos Arujá Mairiporã e Santa Isabel - SP

Diretor Executivo: José Carlos Souza - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo - SP

Diretor Executivo: Luís Carlos de Oliveira - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo Mogi das Cruzes e Região - SP

Diretora Executiva: Mara Luzia Feltes - Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramentos Perícias Informações Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul - RS

Diretora Executiva: Maria das Graças de Oliveira - Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco - PE

Diretora Executiva: Marta Soares dos Santos - Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo Osasco e Região - SP

Diretor Executivo: Paulo de Tarso Guedes de Brito Costa - Sindicato dos Eletricitários da Bahia - BA

Diretor Executivo: Roberto Alves da Silva - Federação dos Trabalhadores em Serviços de Asseio e Conservação Ambiental Urbana e Áreas Verdes do Estado de São Paulo - SP

Diretor Executivo: Ângelo Máximo de Oliveira Pinho - Sindicato dos Metalúrgicos do ABC - SP

Direção Técnica

Diretor técnico: Clemente Ganz Lúcio

Coordenadora executiva: Patrícia Pelatieri

Coordenadora administrativa e financeira: Rosana de Freitas

Coordenador de educação: Nelson de Chueri Karam

Coordenador de relações sindicais: José Silvestre Prado de Oliveira

Coordenador de atendimento técnico sindical: Airton Santos

Coordenadora de estudos e desenvolvimento: Angela Maria Schwengber

Equipe responsável

Fernando Adura Martins

Laender Valério Batista

Samira Schatzmann

Egberto Moraes Spricigo (equipe de apoio)

Ademir Figueiredo (Revisão Técnica)

Carlindo Rodrigues de Oliveira (Revisão Técnica)